

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS ÉTICOS E RECONFIGURAÇÕES PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

DOI: 10.5281/zenodo.18802728

Devany Araujo de Freitas Dutra.

*Pós-graduada em Psicopedagogia e Educação Especial no ensino superior. Faveni
Venda Nova do Imigrantes, ES – Brasil
jd.thiago.1988@gmail.com*

Damiana Mendes Ferreira

*Pós-graduada em alfabetização e letramento no ensino superior. Universidade UNINA
Curitiba, PR – Brasil
damianamendesferreira291@gmail.com*

Vagner Dionísio Pereira

*Pós-graduado em Docência no Ensino Superior. UNICSUL
São Paulo, SP – Brasil
vagner.dionisiopereira@gmail.com*

Manuella de Souza Lima

*Pós-graduada em Orientação, Supervisão e Inspeção Escolar. Faculdade de Educação São Luís
Jaboticabal, SP – Brasil
rmc_manuella@hotmail.com*

Gisele Gonçalves de Sousa

*Pós-graduação em Formação de Professores - História Cultural e Educação. Universidade Católica de
Goiás.
Goiânia, GO – Brasil
giselepedagogia1985@gmail.com*

Leonice Matheus Barbosa.

*Pós-graduada em Psicopedagogia. Centro Universitário Leonardo da Vinci - Uniasselvi
Indaial, SC Brasil.
ysa_liro@hotmail.com*

Edivânia Alves dos Santos.

*Pós-graduada em Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica. Universidade Doctum De Teófilo Otoni.
Teófilo Otoni, MG – Brasil
edivaniaalves@live.com*

Eliane da Silva Costa.

*Pós-graduada em Educação infantil e séries iniciais. Faculdade Famatec.
Brasília-DF.
elianedasilvacosta1983@gmail.com*

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

RESUMO: A incorporação da inteligência artificial generativa ao cotidiano da educação básica tem produzido reconfigurações significativas no trabalho docente, introduzindo desafios éticos e transformações pedagógicas que demandam análise crítica. Este artigo examina como essas tecnologias impactam o planejamento, a mediação e a avaliação das aprendizagens, discutindo riscos associados à padronização curricular, à opacidade algorítmica e à ampliação de desigualdades educacionais. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, fundamentada na análise crítica de estudos nacionais e internacionais sobre inteligência artificial, ética digital e formação docente. Os resultados indicam que a inteligência artificial generativa pode ampliar repertórios didáticos e apoiar práticas inovadoras quando integrada de forma consciente e contextualizada. Contudo, seu uso acrítico tende a fragilizar a autonomia profissional do professor e a reforçar assimetrias estruturais já presentes no sistema educacional. Conclui-se que a integração dessas tecnologias exige políticas formativas consistentes, diretrizes éticas claras e compromisso com a justiça algorítmica, de modo a preservar a centralidade da mediação humana no processo educativo.

Palavras-chave: Inteligência Artificial Generativa; Trabalho Docente; Educação Básica; Ética Digital; Justiça Algorítmica.

ABSTRACT: The integration of generative artificial intelligence into basic education has produced significant reconfigurations in teaching work, introducing ethical challenges and pedagogical transformations that require critical examination. This article analyzes how these technologies affect lesson planning, mediation, and assessment processes, discussing risks related to curricular standardization, algorithmic opacity, and the intensification of educational inequalities. The study adopts a qualitative bibliographic approach, grounded in critical analysis of national and international research on artificial intelligence, digital ethics, and teacher education. Findings indicate that generative artificial intelligence can expand didactic repertoires and support innovative practices when implemented in a conscious and contextualized manner. However, uncritical adoption tends to weaken professional autonomy and reinforce structural asymmetries within educational systems. The study concludes that responsible integration demands consistent teacher training policies, clear ethical guidelines, and commitment to algorithmic justice in order to preserve the central role of human mediation in education.

Keywords: Generative Artificial Intelligence; Teaching Work; Basic Education; Digital Ethics; Algorithmic Justice.

RESUMEN: La incorporación de la inteligencia artificial generativa en la educación básica ha generado reconfiguraciones significativas en el trabajo docente, introduciendo desafíos éticos y transformaciones pedagógicas que requieren un análisis crítico. Este artículo examina cómo estas tecnologías inciden en la planificación, la mediación y la evaluación de los aprendizajes, abordando riesgos relacionados con la estandarización curricular, la opacidad algorítmica y la ampliación de desigualdades educativas. La investigación adopta un enfoque cualitativo de carácter bibliográfico, sustentado en el análisis crítico de estudios nacionales e internacionales sobre inteligencia artificial, ética digital y formación docente. Los resultados señalan que la inteligencia artificial generativa puede ampliar los repertorios didácticos y apoyar prácticas innovadoras cuando se integra de manera consciente y contextualizada. No obstante, su uso acrítico tiende a debilitar la autonomía profesional del profesorado y a reforzar asimetrías estructurales existentes en el sistema educativo. Se concluye que su integración responsable requiere políticas formativas consistentes, orientaciones éticas claras y compromiso con la justicia algorítmica, preservando la centralidad de la mediación humana en el proceso educativo.

Palabras clave: Inteligencia Artificial Generativa; Trabajo Docente; Educación Básica; Ética Digital; Justicia Algorítmica.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

INTRODUÇÃO

A consolidação da cultura digital no cotidiano social tem produzido impactos significativos nas instituições escolares, especialmente na educação básica, onde se estruturam os fundamentos da formação intelectual e cidadã. Entre as tecnologias emergentes que vêm alterando os modos de produção e circulação do conhecimento, a inteligência artificial generativa ocupa posição de destaque, por sua capacidade de produzir textos, imagens e respostas complexas a partir de modelos estatísticos treinados em grandes bases de dados. Diferentemente de ferramentas digitais anteriores, essas tecnologias não apenas organizam informações, mas simulam processos de elaboração discursiva, o que provoca deslocamentos relevantes no trabalho docente e nas dinâmicas pedagógicas.

A incorporação da inteligência artificial generativa ao contexto escolar não ocorre em um vazio histórico. Trata-se de um fenômeno inscrito em um movimento mais amplo de digitalização da educação, intensificado nas últimas décadas e acelerado por transformações sociais recentes. Nesse cenário, discursos institucionais frequentemente associam inovação tecnológica a melhoria da qualidade do ensino, eficiência pedagógica e personalização da aprendizagem. Contudo, como argumenta Selwyn (2019), a relação entre tecnologia e educação é atravessada por disputas políticas, interesses econômicos e concepções distintas sobre o papel da escola, o que exige análise crítica de seus efeitos concretos.

No âmbito da educação básica, a presença da inteligência artificial generativa altera a organização do trabalho docente. Ferramentas capazes de sugerir planos de aula, elaborar avaliações, corrigir produções textuais e responder a questões complexas passam a integrar o cotidiano escolar, reconfigurando práticas consolidadas. Tal movimento pode contribuir para a otimização do tempo pedagógico e para a diversificação de estratégias didáticas. No entanto, também suscita preocupações relativas à padronização curricular, à dependência tecnológica e à possível fragilização da autoria docente. Moran (2018) destaca que a tecnologia somente adquire sentido pedagógico quando orientada por intencionalidade formativa, sob mediação consciente do professor.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

Além das transformações pedagógicas, emergem desafios éticos relevantes. Sistemas de inteligência artificial operam com base em dados coletados e processados em larga escala, o que envolve questões relacionadas à privacidade, à transparência algorítmica e aos vieses incorporados nos modelos computacionais. Floridi (2023) argumenta que a ética da inteligência artificial deve ser estruturada em princípios de responsabilidade, explicabilidade e justiça, especialmente em contextos sensíveis como o educacional. Quando aplicadas à escola básica, tais preocupações assumem maior gravidade, considerando-se a proteção de crianças e adolescentes e a centralidade da formação ética nesse nível de ensino.

Outro ponto central refere-se às desigualdades educacionais. A literatura demonstra que o acesso a tecnologias digitais é marcado por assimetrias estruturais, tanto entre países quanto entre regiões e redes escolares. Kenski (2012) observa que a simples disponibilização de ferramentas tecnológicas não garante inovação pedagógica, sendo necessário considerar condições de infraestrutura, formação docente e cultura institucional. No caso da inteligência artificial generativa, essas desigualdades podem ser ampliadas, uma vez que escolas com maior capital tecnológico tendem a se beneficiar mais rapidamente dessas ferramentas, enquanto outras enfrentam limitações estruturais significativas.

A noção de justiça algorítmica torna-se, portanto, fundamental para compreender os impactos da inteligência artificial na educação básica. Noble (2018) evidencia que algoritmos reproduzem e amplificam vieses presentes nas bases de dados que os alimentam, refletindo desigualdades sociais, raciais e culturais. No ambiente escolar, isso pode influenciar a seleção de conteúdos, a sugestão de trajetórias de aprendizagem e até processos avaliativos automatizados. Assim, o uso dessas tecnologias requer mediação crítica e vigilância ética por parte dos educadores.

No que concerne à formação docente, a emergência da inteligência artificial generativa impõe novos desafios. Muitos professores foram formados em contextos anteriores à consolidação dessas tecnologias e, portanto, carecem de subsídios teóricos e práticos para compreendê-las em profundidade. Pimenta e Lima (2018) ressaltam que a profissionalização docente pressupõe reflexão crítica sobre as condições de trabalho e

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

sobre os instrumentos que mediam a prática pedagógica. A inteligência artificial, nesse sentido, não pode ser incorporada de forma meramente instrumental, mas deve ser problematizada em sua dimensão epistemológica e ética.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar os desafios éticos e as reconfigurações pedagógicas contemporâneas decorrentes da incorporação da inteligência artificial generativa ao trabalho docente na educação básica. Busca-se compreender de que maneira essas tecnologias transformam o fazer pedagógico e quais tensões emergem nesse processo. A investigação fundamenta-se em pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, articulando referenciais teóricos nacionais e internacionais sobre inteligência artificial, ética, trabalho docente e educação digital.

Ao problematizar a relação entre inteligência artificial generativa e trabalho docente, o estudo pretende contribuir para o debate acadêmico contemporâneo, oferecendo elementos para a construção de práticas pedagógicas orientadas pela equidade, pela responsabilidade ética e pela valorização da dimensão humana da educação.

DESENVOLVIMENTO

Inteligência artificial generativa e reconfiguração do trabalho docente

A incorporação da inteligência artificial generativa à educação básica inaugura uma etapa distinta da digitalização escolar, marcada pela capacidade dos sistemas de produzir conteúdos inéditos e interagir linguisticamente com usuários. Diferentemente de plataformas educacionais tradicionais, esses sistemas operam por meio de modelos estatísticos treinados em grandes bases de dados, o que lhes permite simular processos de escrita, argumentação e resolução de problemas. Tal característica altera a dinâmica do planejamento e da condução das aulas, impactando diretamente o trabalho docente.

O professor, historicamente responsável pela seleção, organização e mediação do conhecimento escolar, passa a interagir com ferramentas que sugerem conteúdos, estruturam atividades e oferecem feedbacks automáticos. Essa transformação pode ser interpretada como ampliação do repertório pedagógico, mas também como deslocamento

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

de funções tradicionais da docência. Selwyn (2019) argumenta que tecnologias educacionais frequentemente reconfiguram práticas sem necessariamente melhorar sua qualidade, pois sua eficácia depende da intencionalidade pedagógica e das condições institucionais em que são implementadas.

A reconfiguração do trabalho docente envolve ainda dimensões relacionadas à autonomia profissional. Quando sistemas de inteligência artificial passam a sugerir roteiros didáticos padronizados, há risco de redução da autoria pedagógica e da contextualização dos conteúdos às realidades locais. Moran (2018) enfatiza que a inovação educacional deve ser orientada pela personalização crítica e não pela uniformização, sob pena de comprometer a diversidade cultural e epistemológica que caracteriza escola pública.

Nesse sentido, a inteligência artificial generativa não substitui o professor, mas altera as formas de exercício da docência. O papel do educador tende a deslocar-se para funções de curadoria, validação e problematização dos conteúdos gerados, exigindo competências críticas ampliadas. Valente (2022) observa que a mediação pedagógica continua sendo elemento central do processo educativo, mesmo em contextos altamente digitalizados.

2.2 Dimensões éticas da inteligência artificial na educação básica

A discussão ética em torno da inteligência artificial generativa é elemento central para compreender seus impactos na escola básica. Esses sistemas operam a partir de grandes volumes de dados, muitos dos quais incluem informações pessoais e comportamentais. A coleta, o armazenamento e o processamento desses dados levantam preocupações relacionadas à privacidade, à segurança e ao consentimento informado, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes.

Floridi (2023) defende que a ética da inteligência artificial deve basear-se em princípios como beneficência, não maleficência, autonomia e justiça. No contexto escolar, tais princípios exigem transparência quanto ao funcionamento dos sistemas e clareza sobre os limites de sua utilização. A opacidade algorítmica dificulta que professores

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

compreendam como determinadas respostas são produzidas, o que pode comprometer a avaliação crítica dos resultados.

Além disso, os algoritmos incorporam vieses presentes nos dados que os alimentam. Noble (2018) demonstra que sistemas digitais podem reproduzir desigualdades raciais e sociais, mesmo quando apresentados como neutros. Na educação básica, isso pode significar a priorização de determinadas perspectivas culturais ou a reprodução de estereótipos, afetando negativamente a formação dos estudantes.

A ética da inteligência artificial na escola também envolve a questão da autoria e da integridade acadêmica. O uso indiscriminado de sistemas generativos por estudantes pode comprometer processos de aprendizagem, sobretudo quando atividades são realizadas sem reflexão ou compreensão. Nesse cenário, o professor precisa redefinir estratégias avaliativas que valorizem processos investigativos e produções contextualizadas.

Justiça algorítmica e desigualdades educacionais

A noção de justiça algorítmica emerge como eixo interpretativo fundamental para analisar o uso da inteligência artificial na educação básica. Sistemas automatizados não operam em neutralidade, pois refletem escolhas técnicas e políticas realizadas durante seu desenvolvimento. Zuboff (2019) alerta que a lógica da economia de dados tende a priorizar interesses corporativos, o que pode influenciar o desenho e a aplicação de tecnologias educacionais.

No contexto brasileiro, marcado por desigualdades estruturais profundas, a adoção da inteligência artificial generativa pode ampliar assimetrias entre redes escolares. Kenski (2012) ressalta que inovação tecnológica depende de infraestrutura adequada e formação docente consistente. Sem esses elementos, a tecnologia pode reforçar exclusões existentes.

Escolas situadas em contextos de vulnerabilidade social frequentemente enfrentam limitações de conectividade e equipamentos, dificultando a incorporação qualificada de ferramentas digitais. Assim, a inteligência artificial generativa pode

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

beneficiar instituições com maior capital tecnológico, enquanto outras permanecem à margem do processo de inovação.

Formação docente e competências críticas

A formação docente é elemento estratégico para a integração responsável da inteligência artificial generativa. Muitos professores não receberam, em sua formação inicial, subsídios teóricos sobre ética algorítmica ou funcionamento de sistemas de inteligência artificial. Pimenta e Lima (2018) afirmam que a profissionalização docente requer reflexão contínua sobre as condições de trabalho e sobre os instrumentos que mediam a prática pedagógica.

Nesse contexto, torna-se necessário desenvolver competências críticas que permitam aos professores compreender os limites e as potencialidades dessas tecnologias. Luckin et al. (2016) argumentam que a inteligência artificial pode apoiar a aprendizagem quando utilizada de forma complementar e orientada por princípios pedagógicos claros.

A formação continuada deve contemplar não apenas o uso técnico das ferramentas, mas também discussões sobre implicações éticas, autoria e justiça social. Somente assim será possível evitar usos instrumentais e promover práticas pedagógicas conscientes.

Avaliação, autoria e mediação pedagógica

A inteligência artificial generativa impacta também os processos avaliativos. Ferramentas capazes de corrigir textos e gerar feedback automático prometem reduzir a carga de trabalho docente, mas levantam questionamentos sobre a qualidade da avaliação. Valente (2022) destaca que a avaliação é dimensão formativa e relacional, não podendo ser reduzida a métricas automatizadas.

A mediação pedagógica assume papel central nesse cenário. O professor precisa interpretar resultados gerados por sistemas algorítmicos e contextualizá-los à realidade

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

da turma. Moran (2018) reforça que a tecnologia deve ampliar possibilidades de aprendizagem, e não substituir a interação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que a incorporação da inteligência artificial generativa ao trabalho docente na educação básica não se limita à adoção de uma nova ferramenta tecnológica, mas representa um processo de reconfiguração pedagógica, ética e institucional. Ao alterar formas de planejamento, mediação e avaliação, essas tecnologias introduzem deslocamentos significativos na prática docente, exigindo reposicionamentos profissionais e novas competências críticas.

Observou-se que a inteligência artificial generativa pode ampliar possibilidades didáticas, diversificar estratégias de ensino e otimizar determinadas tarefas pedagógicas. No entanto, tais benefícios não se concretizam automaticamente. Como argumenta Selwyn (2019), a tecnologia educacional não produz inovação por si mesma, pois seus efeitos dependem das condições sociais e institucionais de implementação. Quando incorporada de forma acrítica, a inteligência artificial tende a reforçar processos de padronização curricular e dependência tecnológica, comprometendo a autonomia docente.

As tensões éticas identificadas ao longo da análise demonstram que o uso de sistemas algorítmicos na escola básica exige vigilância constante. Questões relacionadas à privacidade de dados, opacidade algorítmica e reprodução de vieses revelam que a neutralidade tecnológica é uma ilusão. Floridi (2023) sustenta que a ética da inteligência artificial deve ser orientada por princípios de responsabilidade e justiça, o que implica transparência nos processos decisórios automatizados. No contexto escolar, tais princípios assumem relevância ampliada, considerando-se a proteção de crianças e adolescentes e o compromisso formativo da educação básica.

A discussão sobre justiça algorítmica evidenciou que desigualdades estruturais podem ser intensificadas pela adoção desigual dessas tecnologias. Noble (2018) demonstra que algoritmos refletem hierarquias sociais presentes nas bases de dados, o

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

que pode impactar negativamente grupos historicamente marginalizados. No sistema educacional brasileiro, marcado por disparidades regionais e socioeconômicas, a inteligência artificial generativa pode beneficiar redes com maior infraestrutura tecnológica, ampliando distâncias entre escolas públicas e privadas ou entre diferentes territórios.

Outro ponto central refere-se à formação docente. A emergência dessas tecnologias impõe a necessidade de políticas formativas consistentes que articulem conhecimentos técnicos, pedagógicos e éticos. Pimenta e Lima (2018) destacam que o desenvolvimento profissional docente pressupõe reflexão crítica sobre as condições de trabalho e sobre os instrumentos que mediam a prática educativa. Sem formação adequada, há risco de que professores utilizem a inteligência artificial de modo meramente instrumental, sem compreender suas implicações epistemológicas e sociais.

Ao mesmo tempo, a pesquisa indica que a mediação humana permanece elemento insubstituível no processo educativo. Moran (2018) ressalta que a aprendizagem significativa depende da interação, do diálogo e da contextualização, dimensões que não podem ser plenamente automatizadas. A inteligência artificial generativa pode apoiar processos pedagógicos, mas não substitui a dimensão ética, relacional e formativa da docência.

Diante desse panorama, conclui-se que a integração da inteligência artificial generativa na educação básica deve ser orientada por princípios de equidade, responsabilidade e valorização do trabalho docente. A tecnologia precisa estar subordinada a projetos pedagógicos comprometidos com a formação integral dos estudantes e com a redução das desigualdades educacionais. Políticas públicas claras, diretrizes éticas e investimentos em formação continuada constituem condições indispensáveis para que tais ferramentas contribuam efetivamente para a qualidade social da educação.

Por fim, destaca-se a necessidade de aprofundar investigações empíricas sobre experiências concretas de uso da inteligência artificial generativa em diferentes contextos escolares. Estudos de campo poderão oferecer evidências adicionais sobre impactos pedagógicos, desafios institucionais e estratégias de mediação docente. O avanço do

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

debate acadêmico sobre o tema é fundamental para que a escola básica enfrente os desafios contemporâneos de forma crítica, ética e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 19 fev. 2026.

FLORIDI, Luciano; COWLS, Josh. **A unified framework of five principles for AI in society**. Harvard Data Science Review, Cambridge, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://hdsr.mitpress.mit.edu/pub/10jsh9d1>. Acesso em: 19 fev. 2026.

FLORIDI, Luciano; COWLS, Josh; BELTRAMETTI, Monica et al. **AI4People: an ethical framework for a good AI society: opportunities, risks, principles, and recommendations**. Minds and Machines, Dordrecht, v. 28, n. 4, p. 689-707, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11023-018-9482-5>.

HOLMES, Wayne; BIALIK, Maya; FADEL, Charles. **Artificial intelligence in education: promises and implications for teaching and learning**. Boston, MA: Center for Curriculum Redesign, 2019.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

LUCKIN, Rose; HOLMES, Wayne; GRIFFITHS, Mark; FORCIER, Laurie B. **Intelligence unleashed: an argument for AI in education**. London: Pearson, 2016.

MORAN, José Manuel. Educação híbrida: um conceito-chave para a educação hoje. In: BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015. p. 27-45.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism**. New York: New York University Press, 2018.

OECD. **Trustworthy artificial intelligence (AI) in education**. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2020/04/trustworthy-artificial-intelligence-ai-in-education_f1a7c415/a6c90fa9-en.pdf. Acesso em: 19 fev. 2026.

OECD. **OECD Digital Education Outlook 2021: pushing the frontiers with artificial intelligence, blockchain and robots**. Paris: OECD Publishing, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1787/589b283f-en>.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2019.

SELWYN, Neil. **Should robots replace teachers? AI and the future of education**. Cambridge: Polity Press, 2019.

UNESCO. **Guidance for generative AI in education and research**. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386693>. Acesso em: 19 fev. 2026.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: PublicAffairs, 2019.

.